



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO**

---

***JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO***

---

**Processo Administrativo nº: 09031.200003/2026-04**

**I - OBJETO**

Trata o presente auto do processo que tem por objeto a locação de veículos leves (van) com motorista a fim de atender às necessidades do Ministro de Estado nos dias 26 de fevereiro de 2026.

**II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Considerando a informação de que o Ministro de Estado, Mauro Vieira, realizará deslocamento oficial no dia 26 de fevereiro de 2026, acompanhado de 5 (cinco) integrantes da comitiva, todos portando bagagens, faz-se necessária a contratação de serviço de transporte adequado à quantidade de passageiros e ao volume de cargas.

A demanda justifica-se pela necessidade de assegurar transporte compatível com o número de ocupantes (06 passageiros, incluindo o Ministro) e respectivas bagagens, garantindo conforto, segurança e pontualidade no cumprimento da agenda oficial. Ademais, os veículos atualmente disponíveis no ERESP não comportam, de forma adequada, a totalidade dos passageiros e suas bagagens, nem atendem plenamente aos requisitos de conforto e segurança exigidos para o transporte de autoridades.

Dessa forma, a contratação de veículo mostra-se a solução mais apropriada para garantir a segurança, a comodidade e a eficiência logística no transporte da comitiva entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Base Aérea de São Paulo.

**III- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

A solução proposta consiste na prestação de serviço especializado de transporte terrestre executivo, de natureza eventual e duração determinada, destinado ao atendimento de autoridade de Estado e respectiva comitiva, observando-se critérios de segurança, conforto, descrição, pontualidade e adequação protocolar. A contratação visa assegurar a regular execução da agenda oficial, mediante disponibilização de veículo apropriado e profissional habilitado, sem que haja incorporação de bens ao patrimônio da Administração.

Por se tratar de demanda específica e previamente delimitada, a execução do objeto restringe-se ao dia 26 de fevereiro de 2026, compreendendo as seguintes etapas no ciclo de vida do serviço:

- **Planejamento e disponibilização do veículo:** a empresa contratada deverá disponibilizar veículo tipo van em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva e revisões atualizadas, seguro vigente, documentação regularizada e capacidade compatível com o transporte de 6 (seis) passageiros e respectivas bagagens, sendo **ideal veículo com capacidade para até 15 (quinze) lugares**, a fim de proporcionar maior conforto, segurança e espaço adequado para acomodação das bagagens.
- **Prestação do serviço:** o motorista deverá realizar o transporte com pontualidade, segurança, discrição e cordialidade, observando rigorosamente os horários e itinerários definidos pela Administração. Deverá apresentar-se devidamente uniformizado em traje social, mantendo postura compatível com o transporte de autoridade e com as normas protocolares aplicáveis.
- **Encerramento da demanda:** Após a conclusão dos deslocamentos previstos, considerar-se-á encerrada a prestação do serviço, não havendo obrigações remanescentes à Administração.

Não há necessidade de manutenção corretiva ou preventiva contratada pela Administração, uma vez que tais responsabilidades integram as obrigações da contratada. Da mesma forma, não se prevê descarte de bens ou resíduos ao final da contratação, caracterizando-se como serviço temporário e integralmente prestado no período determinado.

#### **V- DA ESTIMATIVA DA DESPESA**

A pesquisa de preços foi realizada atendendo aos fundamentos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme documento de pesquisa de preço em anexo ao Termo de Referência.

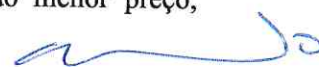
O valor estimado total apresentado na pesquisa de preços foi de **R\$943,35 (novecentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos)**, sendo compatível com os valores praticados pelo mercado.

#### **VI- DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos devem estar compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de licitações e contratos administrativos.

Considerando a disputa registrada na dispensa eletrônica, tem-se a indicação do menor preço,



conforme relatório de propostas e disputa.

#### **IV - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Entretanto, a lei de licitações ressalta algumas hipóteses que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis a licitação nos trâmites usuais. Para tanto, a Lei Federal nº 14.133 de 2021 exige processo de contratação específico, nos termos do art. 72.

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”*

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base no inciso II do art. 75 da Lei da Federal nº 14.133, de 2021.

*“Art. 75. É dispensável a licitação:*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”*



## **VII- DA CONCLUSÃO PELA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação direta justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos, prezando pela eficiência administrativa e pelos princípios que regem a gestão pública. A escolha do fornecedor será realizada com base em critérios técnicos e econômicos, conforme demonstrado pela pesquisa de preços anexa, assegurando transparência e integridade no processo.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026



**Nelson Antonio Tabajara de Oliveira**

**Chefe**

Ministério das Relações Exteriores  
Escritório de Representação em São Paulo